

**MINHA MÃE É USUÁRIA: CRIANÇAS E ADOLESCENTES COMO ATORES DO  
PARENTESCO E DA PARENTALIDADE EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL**

***My mother is a drug user: children and adolescents as actors of kinship  
and parenting in institutional care***

***Mi madre es consumidora: los niños(as) y adolescentes como actores del  
parentesco y la parentalidad en el acogimiento institucional***

Fernanda Bittencourt Ribeiro  
Doutora em Antropologia Social, École des Hautes Études en Sciences Sociales  
E-mail: [feribeiro@puccs.br](mailto:feribeiro@puccs.br)

**Áltera**, João Pessoa, Número 15, 2023, e01501, p. 1-23

ISSN 2447-9837



## RESUMO:

Este artigo situa-se num campo de estudos antropológicos que interroga como as crianças ocupam a posição de filho/filha, conforme particularidades de suas famílias. A partir de uma etnografia realizada entre 2016 e 2019, mediante observação participante e pesquisa documental, numa instituição de acolhimento de crianças e adolescentes localizada na Região Metropolitana de Porto Alegre (Brasil), detenho-me em situações nas quais as mães dos/as acolhidos/as são designadas como “usuárias” (de crack) por diferentes atores: seus/suas filhos/filhas, outros familiares e profissionais. Os resultados indicam a participação ativa de crianças e adolescentes no devir de suas relações de parentesco e de parentalidade. Destacam-se a sua preocupação com a mãe, a indicação de conhecidos com quem eles poderiam viver provisoriamente e suas recusas de separação dos irmãos. Esses posicionamentos, além de afirmarem a importância da consanguinidade na definição do parentesco, também expandem suas fronteiras e concebem a parentalidade de forma aberta.

## PALAVRAS-CHAVE:

Mãe usuária. Crianças e adolescentes. Parentesco e parentalidade. Acolhimento institucional.

## ABSTRACT:

This article is situated on an anthropological field that study how children occupy the position of son or daughter, according to the particularities of their families. An ethnographic research was carried out between 2016 and 2019 at an institution that shelters children and teenagers in the metropolitan area of Porto Alegre (Brazil). Through documentary research and participant observation, the study focus on situations of families with crack users mothers. The results shows the active participation of children and teenagers siblings in the development of their kinship and parenting relationships. Among the main findings are: the siblings' refusal to separate; children's concern about their mothers; and the indication of acquaintances with whom they could live temporarily. In addition to the affirmation of the importance of consanguinity in the definition of kinship, the findings also broaden its concept, conceiving parenting in an open way.

## KEYWORDS:

Crack user mothers. Children and teenagers. Kinship and parenting. Institutional care.

## RESUMEN:

Este artículo se ubica en un campo de estudios antropológicos que interroga cómo los niños y niñas ocupan la posición de hijo o hija, según las particularidades de sus familias. A partir de una investigación etnográfica realizada entre 2016 y 2019, en un albergue de niños/niñas y adolescentes, ubicada en la región metropolitana de Porto Alegre, Brasil. Mediante observación participante e investigación documental, el estudio se centró en situaciones en que las madres de los albergados son designadas como “usuarias” (de crack) por diferentes actores como sus hijos o hijas, familiares y profesionales. Los resultados indican la participación activa de los niños/niñas/adolescentes en el desarrollo de sus relaciones de parentesco y parentalidad. Se destaca el rechazo de los hermanos a separarse, la preocupación por sus madres, y la indicación de conocidos con quienes podrían convivir de forma provisional. Estos resultados, además de afirmar la importancia de la consanguinidad en la definición del parentesco, también amplía sus fronteras y concibe la parentalidad de manera abierta.

## PALABRAS CLAVE:

Madres consumidoras. Niños/niñas y adolescentes. Parentesco y parentalidad. Cuidado institucional.



## INTRODUÇÃO<sup>1</sup>

Ao mesmo tempo que eu cruzava pela primeira vez o portão da “casa de passagem”, um menino de uns 10 anos, num passo firme e decidido, saía carregando uma caixa. Ele era seguido de outras pessoas que portavam mochilas e colocavam tudo no porta-malas de um carro. Logo em seguida, a assistente social me contava que Lucas e os seus irmãos estavam voltando para a casa da mãe, depois de alguns meses de residência na instituição.<sup>2</sup> Ela me explicou que a mãe deles era “usuária” e que, desde que a avó materna morreu, a mãe não teria tido condições de se ocupar bem dos filhos. Quando achou que poderia perdê-los, ela teria reagido: com a ajuda de um amigo, conseguiu se organizar, parou de usar droga, começou a trabalhar e tem demonstrado muita força de vontade.

Este artigo situa-se num campo de estudos antropológicos que tem interrogado como as crianças ocupam a posição de filho/filha em relação às particularidades de suas famílias, como as relações de parentesco e de parentalidade se configuram a partir de suas perspectivas, como compreendem os laços entre os membros de uma família (SARCINELLI; MARTIAL; MARTIN, 2022; SARCINELLI, 2020; GANNE, 2014; MASON; TIPPER, 2008). Nessa via, “ser filho de” corresponde a uma posição relacional ocupada por cada um de forma ativa. A seguir, a partir desse interesse, retomarei os registros de uma pesquisa etnográfica realizada entre novembro de 2016 e junho de 2019, numa instituição de acolhimento de crianças e adolescentes localizada numa cidade da região metropolitana de Porto Alegre (Rio Grande do Sul, Brasil). Detenho-me, especificamente, em situações nas quais as mães das crianças ou adolescentes acolhidos são ditas “usuárias”, sendo que essa designação subentende o uso contínuo de *crack*.<sup>3</sup>

Com menos de cinquenta mil habitantes, a cidade onde a casa de passagem<sup>4</sup> está localizada é classificada como de pequeno porte e só conta com essa instituição

---

1 O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Brasil. Bolsa de produtividade (Processo n. 310756/2018-9). A primeira versão deste texto foi apresentada no Simpósio temático “Infâncias, adolescências e juventudes: pesquisas acadêmicas e políticas públicas”, no 46º Encontro anual da Anpocs, em 2022.

2 Todos os nomes mencionados neste texto são fictícios.

3 O ponto de partida desta pesquisa foi o interesse em analisar configurações contemporâneas da prática de circulação de crianças. Nessas dinâmicas familiares, ao longo da vida, além das casas de seus pais e mães, as crianças residem em casas de avós, madrinhas, amigos, vizinhos e, eventualmente, também em instituições (FONSECA, 1995). A partir da etnografia realizada, entendo que, atualmente, em acolhimento institucional, as situações familiares que envolvem uma mãe “usuária” – expressão que me interpelou desde o primeiro dia do trabalho de campo – podem ser descritas como configurações específicas da circulação de crianças, que integram o circuito de acolhimento institucional.

4 No cotidiano, esse serviço de acolhimento institucional é chamado predominantemente de “casa de passagem”, ainda que esta não seja a denominação oficialmente em uso no sistema de proteção à infância.



de acolhimento. Não é raro que as crianças e os adolescentes acolhidos, tendo residido nos mesmos bairros, já se conheçam antes de chegarem à instituição. A casa tem capacidade para abrigar em torno de vinte crianças ou adolescentes, que se dividem em cinco dormitórios e partilham o espaço de uma sala ampla, conjugada ao refeitório, e um grande pátio.

A etnografia foi realizada mediante observação participante no cotidiano da instituição, em interação tanto com crianças e adolescentes, quanto com as pessoas que lá trabalham, principalmente monitoras/monitores e equipe técnica, formada por uma assistente social e uma psicóloga.<sup>5</sup> Ao longo de dois anos e meio, retornei regularmente a essa instituição e registrei a passagem de sessenta crianças/adolescentes. Estive predominantemente nos espaços da sala e do pátio e, quando convidada, também estive em seus quartos, almocei com eles no refeitório, acompanhei seus deslocamentos para a escola, participei de comemorações e fui com eles ao fórum em dias de audiência. Também estive com frequência na sala da equipe técnica, onde tive acesso ao arquivo institucional e consultei uma centena de dossiês que correspondem a um terço do total arquivado entre 2004 e 2016.<sup>6</sup>

De acordo com os pressupostos que nas últimas décadas têm orientado as pesquisas antropológicas com e sobre crianças, considero-as sujeitos ativos, com capacidade de agência e de negociação, cujas práticas evidenciam escolhas, formas de resistência e de produção de sentidos. Adotar essa perspectiva não significa isolá-las em mundos próprios, mas percebê-las como sujeitos situados em relações (FONSECA; MEDAETS; RIBEIRO, 2018).<sup>7</sup>

Em acolhimento institucional, uma característica importante de suas relações é que, cotidianamente, estas envolvem pessoas que não são seus pais, familiares ou conhecidos. Desde a chegada ao acolhimento institucional, a parentalidade (ou seja, as práticas rotineiras de cuidado e de socialização) é exercida por diferentes profissionais. Além disso, a saída da instituição poderá representar uma mudança em

---

5 As/os monitoras/es trabalham em duplas e em regime de plantão (12h por 36h). São eles/elas que se ocupam da rotina das crianças e dos adolescentes. Além da equipe técnica, a instituição tem uma coordenadora, uma cozinheira, uma auxiliar de limpeza e dois porteiros.

6 Essa delimitação corresponde ao início do funcionamento da casa de passagem no atual endereço e ao início da pesquisa. Os dossiês consultados foram selecionados mediante amostra aleatória simples: a cada três, um foi separado para leitura e anotação detalhada. Deste procedimento foram excluídos os dossiês de crianças/adolescentes residentes na instituição durante a pesquisa. A observação participante e a análise documental foram autorizadas pela coordenação da instituição, com o conhecimento das autoridades judiciárias do município. Tanto os/as profissionais da casa de passagem, quanto as crianças e os adolescentes foram informados que eu estava ali realizando uma pesquisa, e foram convidados a participar. Não houve nenhuma recusa de participação.

7 Para referências a outras produções bibliográficas que avançam nessa perspectiva, ver Pires e Ribeiro (2015), Rifiotis et al. (2021) e Szulc, Villalta e Ribeiro (2019).



relação a quem exercia esse papel antes do acolhimento e mesmo a total redefinição do parentesco, representada pela possibilidade da adoção. Considerando essas características, observo o tempo de residência no acolhimento institucional como um período liminar (MARTIN et al., 2020; RIBEIRO, 2007; ZONABEND, 1996), no qual se define a continuidade ou a ruptura das relações com a família de origem. Ao etnografar esse período, parto da hipótese de que as crianças e os adolescentes – seja por meio de suas práticas e interações cotidianas, seja por meio do que dizem e do modo como seus discursos são tomados pelos profissionais – participam ativamente das definições relativas ao devir de suas relações de parentesco e de parentalidade.

Como buscarei justificar mais adiante, entendo que a categoria *mãe usuária* constitui-se, atualmente, como um critério de diferenciação social de crianças ativo no âmbito das práticas de acolhimento institucional, e que apresenta potenciais efeitos em relação às redefinições da parentalidade e dos próprios laços de parentesco. Para a análise de processos de diferenciação social de crianças, Lignier, Lomba e Renahy (2012) propõem três categorias a serem observadas: a identificação diferencial, que se refere a processos de definição, de classificação, de identificação distintiva das crianças ou grupos de crianças; a diferenciação percebida, que corresponde ao modo como as crianças percebem suas diferenças; e a diferenciação concreta, que diz respeito a divergências quanto aos modos de tratamento das crianças e quanto aos seus próprios comportamentos.<sup>8</sup>

Seguindo essa tipologia, proponho que, atualmente, no âmbito do sistema de proteção à infância, ser designado como filho/filha de uma mãe usuária corresponde a uma forma de identificação diferencial que define, classifica e distingue a situação familiar, a partir do pressuposto da impossibilidade de a mãe conjugar o consumo de droga e o cuidado das crianças. Proponho ainda que a designação de mãe usuária pode operar como uma diferenciação percebida, ao menos por algumas crianças, que a incorporam no modo como entendem a necessidade do acolhimento institucional e nas interações das quais participam ao longo da residência na instituição. A seguir, antes de apresentar a descrição etnográfica focada nos dossiês institucionais e na interlocução com crianças cujas mães são ditas usuárias, situo essa categoria num conjunto de questões que dizem respeito aos ideais contemporâneos de parentalidade e, no Brasil, ao lugar ocupado pela adoção no sistema de proteção à infância.

---

8 Essa terceira categoria de análise, a diferenciação concreta, não será diretamente referida neste artigo, embora a identificação diferencial, que distingue mães usuárias, esteja relacionada a avaliações sobre os modos de tratamento das crianças e seus efeitos. Ao proporem essa tipologia, os autores argumentam que, em contraponto a noções como a de “desenvolvimento infantil”, na qual a infância é dividida em etapas, a partir de características comuns, cabe às ciências sociais enfatizar a diversidade das infâncias abordadas através de múltiplas variáveis como gênero, origem social, cultural, nacional, residencial etc. (LIGNIER; LOMBA; RENAHY, 2012).

## MÃE USUÁRIA: UMA CATEGORIA DE IDENTIFICAÇÃO DIFERENCIAL

Conforme estudos recentes (MARTIN; LELOUP, 2020; MARTIN, 2019; FUREDÍ, 2014), em escala mundial, as transformações dos ideais de parentalidade estão relacionadas a uma maior ênfase na noção de risco para o desenvolvimento infantil, diretamente associada a comportamentos dos pais e especialmente da mãe. De forma bastante generalizada, a bibliografia identifica uma tendência de determinismo parental (FUREDÍ, 2002; 2014), que estabelece uma relação de causalidade entre comportamentos dos pais e os problemas ou riscos sociais que atingem as crianças. A noção de parentalização do social (MARTIN; LELOUP, 2020) tem colocado em relevo o fato de que, nessa interpretação, as dificuldades parentais são situadas, predominantemente, na esfera pessoal, e esta, definida como o alvo de ações que visam a promover mudanças comportamentais de mães e pais, como forma de lutar contra a exclusão social. Com ênfase na primeira infância como um período crítico, operam-se distinções normativas entre comportamentos parentais positivos e negativos (FONSECA, 2012; SZÖKE, 2020). Para além de maus tratos ou abusos, considera-se a falta de competência parental como um fator de risco para o bem-estar das crianças (LEE, 2014). No espectro desse risco, o consumo de drogas e/ou álcool, ainda que não configure um ato deliberado contra as crianças, é observado como uma grave ameaça ao seu bem-estar. Quando se trata das mães, isso implica maior estigmatização em comparação aos pais, e uma maior probabilidade de sofrer sanções judiciais ou sociais em nome da proteção das crianças (SIMMAT-DURAND, 2007; 2016).

Villalta (2021), em sua análise sobre as características mais marcantes e persistentes das intervenções estatais sobre infância, adolescência e famílias na Argentina nas últimas décadas, aponta o predomínio da individualização das crianças em relação às suas famílias de origem e uma tendência de despolitização dos problemas sociais via psicologização da intervenção. A autora destaca a presença de uma perspectiva familiarista e maternalista, referindo-se a um modelo normativo e conservador de família, bastante hierárquico e focado na figura da mãe. Ela destaca a ênfase na regulação das práticas de cuidado e criação e um reforço de leituras moralizantes das desigualdades. Em face dessas definições centradas na criança, em noções de risco e de bem-estar, a associação entre maternidade e consumo de droga, especialmente de *crack*, opõe-se radicalmente ao horizonte normativo que caracteriza a “boa mãe” (CASTILLA; LORENZO, 2012; CASTELLI, 2017).

No Brasil, conforme apontam vários estudos (GOMES, 2017; RIOS, 2017; ROSATO, 2018; SANCTIS, 2018; DIAS, 2019; ALVES, 2020; SARMENTO, 2020), o consumo de *crack* associado à condição de pobreza tem aumentado a possibilidade de sepa-



ração dos filhos e, sobretudo para as mulheres que não contam com o apoio da rede familiar, a colocação precoce das crianças em adoção. Essas pesquisas demonstram as ambivalências das intervenções estatais que oscilam entre o reconhecimento de direitos das mulheres e o controle moral da maternidade. Sobretudo em relação a recém-nascidos colocados em instituição, são apontadas práticas que podem ser descritas como práticas de *de-kinning* (FONSECA, 2011) – desincentivo da amamentação, sigilo sobre o endereço ou dificuldade de acesso à instituição de acolhimento, por exemplo –, que contribuem para facilitar o recurso à adoção, em nome do interesse da criança e de seu desenvolvimento saudável.

Quando se trata de uma mãe dita usuária, a destituição familiar e a colocação das crianças em adoção são possibilidades bastante concretas, sobretudo nas situações em que a mulher se encontra separada de uma rede familiar extensa.<sup>9</sup> No VII Encontro Nacional de Antropologia do Direito (Enadir), ocorrido em agosto de 2021, a pesquisadora Janaína Gomes, que integrava uma mesa intitulada “‘Não-maternidades’: um olhar entre o direito e a antropologia”, iniciou sua apresentação perguntando à plateia: “O que você pensa quando ouve a expressão *mãe usuária de drogas*?” (ENADIR USP, 2021). Seu argumento, a partir de uma pesquisa sobre o uso dessa designação em processos judiciais referentes à guarda de crianças institucionalizadas, é o de que o termo aciona uma série de moralidades e de suposições que recaem principalmente sobre mulheres negras e pobres. Moralidades sobre quem pode ou não ser mãe e suposições inclusive sobre a ausência de vínculos com os filhos. Em sua análise de processos de destituição de poder familiar, a autora vincula a produção discursiva da figura de uma mulher incapaz de garantir o cuidado das crianças e o que seriam “casos sem solução”, diante dos quais só restam a alternativa da destituição e a colocação das crianças em adoção.

9 O aumento de retirada precoce de crianças, inclusive já no nascimento, é atualmente observado em vários países, como, por exemplo, Noruega, Reino Unido, Austrália e Hungria (SZÖKE, 2020). No Brasil, nos últimos anos, registram-se denúncias de retirada compulsória de recém-nascidos de mulheres usuárias de drogas ou vivendo em situação de rua. Em Belo Horizonte, desde 2014, o movimento “De quem é este bebê? Por mais saúde e menos abrigo em BH” demanda apoio às mulheres e apresenta dados do aumento progressivo do acolhimento de bebês na cidade. Em Porto Alegre, em 2018, foi realizada uma audiência pública com o objetivo de apurar as denúncias de ações que envolvem maternidades públicas, Conselho Tutelar e poder judiciário e que resultam no abrigo compulsório de crianças principalmente de mulheres moradoras de rua e usuárias de drogas. A Associação Brasileira de Antropologia (ABA), por meio da Comissão de Direitos Humanos, do Comitê de Antropólogas/os Negras/os e do Comitê de Gênero e Sexualidade, emitiu em 19 de agosto de 2021 a “Nota sobre práticas de destituição de poder familiar de mulheres em situação de vulnerabilidade social e sobre caso de violência obstétrica e retirada compulsória de recém-nascida em Florianópolis/SC” (ABA, 2021). Na última Reunião Brasileira de Antropologia (2022), o simpósio especial *Maternidades destituídas, violentadas e violadas*, coordenado por Débora Allebrandt e Taniele Rui, dedicou a primeira sessão a casos de retirada de crianças de mulheres quilombolas, em situação de rua e de comunidades de terreiro, sob alegação de que seus modos de vida e/ou as condições de pobreza seriam inadequados para o desenvolvimento infantil.



Consoante com essa tendência, a análise de Fonseca (2019) sobre a política de adoção no Brasil nas últimas três décadas identifica o avanço de uma visão pragmática focada nos direitos individuais das crianças, em detrimento dos ideais de justiça social e de reintegração familiar predominantes no final dos anos 1990 e início dos anos 2000. A autora observa, por exemplo, que a promoção do direito à convivência familiar e comunitária não tem significado a ampliação de políticas públicas destinadas ao apoio às famílias de origem de crianças e adolescentes institucionalizados, mas a aceleração dos prazos para destituição do poder familiar e a colocação das crianças em adoção.

Mantendo esse conjunto de questões como pano de fundo, a abordagem exploratória que apresento a seguir visa a aproximar os modos como crianças e adolescentes ocupam a posição de “filhos de mãe usuária” durante suas passagens pelo acolhimento institucional.

## **FILHOS/FILHAS DE MÃE USUÁRIA EM DOSSIÊS INSTITUCIONAIS: IDADES, AFETOS E CIRCULAÇÕES**

O que aqui chamo de dossiês corresponde, mais precisamente, a envelopes com o nome da criança, guardados em caixas plásticas cuja lombada indica a primeira letra dos nomes ali reunidos. Mesmo nas situações de acolhimento de grupos de irmãos, os envelopes são individuais e guardam vários documentos: o formulário de solicitação do acolhimento, relatórios de acompanhamento do período vivido na instituição, decisões judiciais, cópias de certidão de nascimento, exames e receituários médicos. O acesso a esses documentos é restrito à assistente social e à psicóloga, autoras de muitos desses registros, que poderão ser retomados na elaboração dos relatórios encaminhados periodicamente às instâncias judiciárias. Quando uma criança ou um adolescente deixa a instituição, o envelope permanece arquivado, podendo ser consultado pelas profissionais nas situações de retorno. Assim, pode-se dizer que eles também atuam como uma memória institucional sobre as crianças e suas famílias.

A leitura dos dossiês focalizou os registros dos trânsitos de crianças e adolescentes que passaram pela instituição no período de 2004 a 2016. Ao retomar, especificamente, as anotações do conteúdo dos documentos em que identifiquei o uso da categoria *mãe usuária*, interroguei também o próprio ato e os efeitos de registrar os discursos e comportamentos de crianças e adolescentes (VIANNA, 2013; FERREIRA; LOWENKRON, 2020). A identificação de como suas falas e os comportamentos são trazidos para os documentos produzidos ao longo da residência na instituição opera





aqui como uma via de acesso ao modo como crianças e adolescentes figuram nesse conhecimento produzido e documentado sobre suas famílias e, especialmente, sobre suas mães. Indiretamente, esses registros permitem também entrever como eles/elas participaram do devir de suas relações de parentesco e de parentalidade.

O uso da categoria *mãe usuária* foi identificado em dezessete dos cem dossiês consultados. Como será detalhado, essa designação faz parte da descrição dos motivos do acolhimento e/ou é mencionada em relatórios produzidos ao longo da residência na instituição. Em doze desses dezessete dossiês, a categoria diz respeito a situações de acolhimento de crianças com até 4 anos: seis com menos de 1 ano e outras seis com 3 ou 4 anos. Apesar de o arquivo de documentos individualizar a passagem pelo serviço, os dados anotados permitem concluir que oito dessas doze crianças têm irmãos de diferentes idades, alguns dos quais também foram acolhidos. Os outros cinco dossiês correspondem a crianças/adolescentes entre 8 e 14 anos, sendo que uma delas tem uma irmã também residente na instituição, e os demais estão sozinhos.

Em relação às crianças com até 4 anos, chama atenção o fato de que suas idas para o acolhimento institucional decorreram de uma comunicação feita por avós, familiares, vizinhas ou amigas das mães. Ou seja, pessoas próximas comunicaram às autoridades circunstâncias que se repetem: a mãe *sumiu* depois de deixar a/as criança/s na casa de alguém (amiga, vizinho, familiares); as crianças estavam com a mãe (em casa ou na rua), ela consumia droga na presença dos filhos, e eles viviam em péssimas condições sanitárias, de moradia e higiene. Em todas as situações, o pai das crianças não residia com a família ou estava preso. Em cinco dos seis dossiês referentes a crianças de 3 e 4 anos, ainda que de forma muito pontual, encontram-se referências a suas manifestações relacionadas à mãe e a indicação de que essas expressões importam nas pequenas decisões cotidianas no acolhimento institucional: “ele sempre pergunta pela mãe”; “as crianças sentem falta da mãe, choram e pedem por ela – a mãe telefonou e perguntou se poderia vir vê-lo, dissemos que sim, pois ele pergunta muito por ela”. Na ocasião em que um pai foi localizado e, com o apoio de familiares, decidiu solicitar a guarda dos filhos, registra-se: “as crianças ficaram felizes com o retorno do pai e só por saber que ele é o pai e quer levá-los para morar junto, as crianças não falam em outra coisa, estão muito felizes”.

As manifestações de afeto entre irmãos são também objeto de registro. Sobre uma menina que chegou à instituição pela primeira vez com 3 anos, e cujos irmãos também foram acolhidos, observa-se com muita ênfase o “afeto entre os irmãos” e o fato de a mais velha não querer se separar deles. Ao longo dos anos, essas crianças circularam entre as casas de familiares e viveram períodos de residência na instituição. Numa dessas passagens, em relação à irmã de 13 anos, lê-se que “ela é muito



apegada à irmã de 7 anos e tem medo de que ela seja adotada”. Diante da possibilidade de adoção de um grupo de quatro irmãos que permaneceram mais de dois anos na instituição, o registro do posicionamento de uma das crianças, além de atestar a relação de afeto entre os irmãos, parece legitimar o encaminhamento dado pela equipe: o menino de 4 anos “aceita muito bem ir para família substituta provavelmente com o irmão com quem tem um forte vínculo afetivo”; “ele questiona sempre se já arrumamos uma mãe para ele e espera ansioso por conhecer os novos pais. Solicitou dinheiro para tirar foto na escola para o Dia dos Pais”.

Ao deixarem o acolhimento institucional, nenhuma dessas crianças de até 4 anos retornou a viver com a mãe, e, em relação a elas, a alternativa da adoção foi frequentemente mencionada nos documentos: “elas ainda estão em idade que se possa conseguir famílias para adotá-las, se deixarmos o tempo passar isto se tornará impossível”; “é preciso ver a situação do menino que só tem 4 anos e ainda pode ser adotado”. Apesar dessas observações, com exceção de um grupo de irmãos que efetivamente foram adotados, em todas as outras situações as crianças foram viver com tios, com avós ou com o pai, localizado durante a residência na instituição. Destaca-se nesses dossiês a frequente referência a familiares que manifestam a vontade de ficar com as crianças, mas que nem sempre tinham condições para isso, sobretudo quando se tratava de grupos de irmãos.

Nos cinco dossiês referentes a crianças/adolescentes entre 8 e 14 anos, o motivo de acolhimento não está vinculado à designação da mãe como usuária, mas a conflitos que colocam em questão o arranjo de residência no qual eles já viviam antes do acolhimento institucional e que não incluía a mãe. Sobre um menino de 11 anos que teria sido criado por familiares, registra-se que ele fugiu “da escola para ir à casa da mãe por estar com saudade”. Em relação a uma adolescente cujo dossiê documenta várias entradas e saídas da instituição ao longo de cinco anos, períodos de vida na rua, na casa da mãe e de familiares, observa-se que estes não querem mais recebê-la em função de seu comportamento e da desobediência. Apesar disso, no último relatório, registra-se que finalmente ela deixou a instituição para viver com os avós depois de ter “manifestado este desejo por eles estarem doentes e ela querer estar com eles”.

No caso de duas irmãs cujo acolhimento institucional deveu-se a uma acusação de estupro contra o tio com quem viviam, os registros no dossiê também permitem entrever suas ações no sentido de buscar uma alternativa de saída da instituição:

as meninas localizaram a mãe por redes sociais, pediram que ela deixe de usar drogas e venha buscá-las, a mãe disse que as ama, mas nada afirmou sobre deixar as drogas ou buscá-las. As meninas querem continuar juntas, N diz que nunca se entendeu com a tia e que não gostaria de morar com ela. Sua primeira opção seria a avó ou a irmã e que não se importa de ficar até 18 anos em acolhimento. As irmãs querem ficar juntas.



Os relatórios registram a aproximação de uma irmã mais velha, com quem foram residir, mas não permaneceram com ela por muito tempo, em função de desobediências e de conflitos. Ao deixarem a instituição, um ano e nove meses depois do primeiro ingresso, foram viver com a avó e uma tia maternas.

Em contraste com os registros encontrados nos dossiês referentes a crianças de até 4 anos, nas situações relativas aos que têm mais de 8 anos, destacam-se os conflitos com os adultos com quem residem e o fato de cogitar-se um retorno à convivência com a mãe. Em relação a um adolescente de 14 anos, desde os 3 anos sob a guarda de uma família com quem a tia da criança trabalhava, registra-se a fala da mãe adotiva, na qual a própria adoção é atribuída a uma iniciativa da criança: “eles não tinham a intenção de adotar, mas se deixaram comover pela situação precária da família e pelos apelos emocionais do menino que insistia em querer ficar com eles e logo os tratava como pai e mãe; ele os adotou”. Na ocasião do acolhimento institucional, passados mais de dez anos da dita adoção, os pais adotivos consideraram que ele deva retornar a viver com a mãe biológica.

Os registros encontrados nos dossiês, por um lado, sugerem que, nessas situações em que a mãe é designada usuária, a atuação das crianças durante a permanência na instituição cumpriu um papel importante na definição da situação familiar (ROBIN, 2010). Além de a legislação preconizar a não separação de grupos de irmãos, as referências aos afetos existentes entre eles indicam que esse é um aspecto que se soma ao vínculo consanguíneo, quando se trata de buscar alternativas de colocação das crianças. O próprio ato de documentar suas ações, falas, sentimentos e desejos, ainda que não seja uma prática sistemática, sugere que essas manifestações influenciam e conferem legitimidade às decisões tomadas pelos profissionais durante o período vivido na instituição. Isso corrobora o que outras pesquisas apontam sobre a importância das manifestações das crianças nos arranjos de circulação, para além de contextos institucionais (LEINAWEAVER, 2007; LOBO, 2021; JUSTINO, 2022). Em relação a instituições ou famílias, essas pesquisas indicam que os sentimentos, a insatisfação e os comportamentos das crianças e dos adolescentes pesam significativamente nos acordos e na manutenção dos arranjos de residência.

## **MÃE USUÁRIA: UMA CATEGORIA DE DIFERENCIAÇÃO PERCEBIDA**

Ao longo da pesquisa, entre novembro de 2016 e junho de 2019, em torno de sessenta crianças/adolescentes passaram pela instituição. Em relação a doze delas (seis sozinhas e seis em dois grupos de irmãos), ouvi referências ao fato de a mãe ser usuária. Quando se tratava de crianças, tal como pude observar na leitura dos dossiês



daquelas com até 4 anos, essa referência estava diretamente relacionada à medida de acolhimento institucional. Duas eram bebês e permaneceram na instituição por poucos dias até que a guarda fosse transferida para as avós, que se mostraram dispostas e com pressa de levá-las para casa. Em relação aos adolescentes, a referência à mãe usuária figura como um dado de suas biografias: ela era falecida, ou não viviam juntos há bastante tempo. Os percursos desses adolescentes, tal como são relatados na instituição, guardam semelhanças com aqueles identificados nos dossiês: fala-se de conflitos com familiares e na escola, de circulação entre a casa de avós, fugas, períodos em situação de rua, retornos à instituição, além de internações em serviços psiquiátricos. Nessas situações, observa-se que o próprio acolhimento institucional faz parte de um de circuito que inclui residências de familiares e pessoas conhecidas.

Diferente dos bebês e dos adolescentes, que chegaram sozinhos, as outras seis crianças cuja mãe era designada como “usuária” compunham dois grupos de irmãs. A seguir, a partir da interlocução com Lucas e Lili, o irmão e a irmã “mais velha” de cada fratria, viso a colocar em relevo como eles vinculam o período vivido na instituição à designação “mãe usuária”, como se posicionam e agem na definição da situação familiar e em relação às alternativas vislumbradas pelas profissionais. Ou seja, como habitam o “ser filho de mãe usuária” ao longo do acolhimento institucional.

## **EU ENTENDO POR QUE A GENTE ESTÁ AQUI**

Dois anos depois de termos nos cruzado no portão da casa de passagem, no dia em que estavam indo embora, Lucas, agora com 12 anos, e seus dois irmãos, Ana e Pedro, de 6 e 4 anos, estão de volta. Antes disso, o irmão mais velho deles (14 anos) esteve por uns dias na instituição. Depois de uma briga com a mãe, chamada Luciana, ele saiu de casa e permaneceu um curto período no acolhimento institucional, de onde fugiu dias depois. Quando a assistente social foi à casa de Luciana informá-la da fuga, ficou sabendo que ela estava novamente consumindo drogas. A assistente social entendeu que as crianças estavam em situação de risco, a menina tossia muito, e a suspeita era de que fosse por causa da fumaça do *crack*. Em função da recaída da mãe, as crianças voltaram para a casa de passagem.

Lucas me explica que entende a necessidade de estarem novamente na instituição: voltaram porque a mãe é “usuária” e o pai está “sem condições”, mas acha que quando a vida deles for se “ajeitando, devagarinho”, vão voltar para casa, que “isso é passageiro”. O que ele acha chato é que na instituição se sente isolado. Tem saudade da mãe e dos tios. Lucas se orgulha de que lhe digam que ele é muito educado, que



parece um adulto, que usa palavras de adulto. Acha que sua mãe precisa de ajuda, e tem dias em que não acredita que ela vá parar com as drogas. Por isso, faz planos de se emancipar aos 18 anos e pedir a guarda dos irmãos. Também quer ser pastor e jogador de futebol. Ele é muito religioso e ensinou os irmãos menores a rezar. Eles rezam juntos antes de dormir, e às vezes o pequeno chora e pede para dormir com Lucas, na sua cama. Ele deixa. Preocupa-se muito em proteger a irmã dos meninos maiores com quem eles convivem na instituição. Acha que deve estudar, mesmo que haja coisas chatas na escola: “o que eu quero é estudar, trabalhar e louvar a Deus”.

Ao longo da residência no acolhimento institucional, ele continuou indo ao culto na companhia de uma senhora que trabalhava na cozinha da instituição. Todo sábado ela vem buscá-lo, e vão juntos à igreja. Antes de vir para a instituição, ele sempre ia na igreja com o tio. É seu vizinho, mas o considera como tio, e ele também o considera como sobrinho. Lucas tem certeza de que Deus está com ele e dá como exemplo o fato de um dia ter falado nesse tio para a assistente social e no outro ter encontrado com ele por acaso. Aproveitou e pediu o seu número de telefone. O tio concordou que informasse o seu número para a assistente social, a fim de combinarem um final de semana na casa dele.

## **PELA PRIMEIRA E ÚLTIMA VEZ**

Lili (12 anos) e seus irmãos, Davi (7 anos) e Nina (4 anos), permaneceram na casa de passagem por sete meses. Lili é muito falante, gesticula e briga com as crianças que interrompem nossas conversas. Ela briga também quando alguma criança bate na sua irmã. Nessas situações orienta Nina a revidar. Quando nos conhecemos, foi logo me dizendo que sua mãe é “usuária” e que viviam fugindo do Conselho Tutelar. A mãe, chamada Bruna, deixou os três na casa de uma amiga e não voltou para buscá-los. Foi então que a amiga comunicou o Conselho Tutelar, e eles foram trazidos para a casa de passagem. Bruna estaria furiosa com essa amiga.

Lili conta ter chegado muito assustada, porque sempre ouviu dizer que nesses lugares batiam nas crianças e que todo mundo dormia no mesmo quarto, “uma caminha do lado da outra”. É a primeira vez que mora numa instituição, e afirma que será a última. Não é que não goste de estar ali, não é tão ruim como lhe diziam, mas queria estar em casa. Lili fala muito de pessoas de sua família e diz que sente saudade. Acha que está longo demais esse tempo na instituição; que iam ficar uns sete dias, e faz meses que estão na casa. A assistente social lhe explicou que precisa de tempo para “desenrolar o novelo”.



Bruna veio visitá-los algumas vezes, e notícias chegam por meio do avô, que de vez em quando passa na frente da casa e conversa com ela no portão. Em outra ocasião, quando passaram um final de semana na casa do pai, também combinaram um encontro com a mãe numa praça. Lili fica muito irritada quando suspeita que Bruna “voltou para as drogas”. Ela me diz que é por isso que róí as unhas. Fica radiante ao saber que a mãe quer se tratar e cogita pessoas com quem poderiam ficar. Principalmente Luísa, a amiga com quem Bruna os deixou. Luísa e o filho também os visitam na casa de passagem. Lili acha que seria bom morar um tempo com eles para “deixar a poeira baixar e dar mais uma chance para a mãe”. O problema é que Nina, sua irmã, não aceita essa alternativa, e Luísa só concorda em recebê-los se os três estiverem de acordo.

## **ENTRE A FAMÍLIA BIOLÓGICA E A FAMÍLIA TRIOLÓGICA: ALTERNATIVAS PROVISÓRIAS**

Muito claramente, no dia a dia da instituição, Lucas e Lili demonstram preocupação com a mãe e cuidam dos irmãos menores. Os estudos que abordam a parentalidade associada ao uso abusivo de drogas (SIMMAT-DURAND, 2007; 2016) identificam comportamentos semelhantes de filhos de usuários e os enquadram na noção de parentificação, utilizada para nomear situações de inversão de papéis entre pais e filhos. Para além dessa constatação, considerando os laços de parentesco, cabe destacar a força dos vínculos entre irmãos no cotidiano da instituição e a recusa da possibilidade de separação. Nessas situações, as posições assumidas pelas crianças coincidem com as diretrizes do sistema de proteção que preconiza a preservação desse vínculo consanguíneo. Quando me contavam sobre o final de semana na casa de uma irmã adulta e a possibilidade de morarem com ela, Davi, o irmão de Lili, concluía com firmeza: “onde for um vão todos, um por todos e todos por um!”. Em acordo com o que foi observado nos dossiês institucionais, também na situação de Lili e seus irmãos seus posicionamentos tiveram efeitos nas decisões acerca do devir familiar. Como foi mencionado anteriormente, a alternativa de moradia na casa de uma amiga da mãe, cogitada pela equipe técnica, foi inviabilizada pelo fato de Nina não a aceitar. A pessoa com quem eles poderiam morar afirmava não querer nenhuma “criança contrariada” na casa dela, e assim essa possibilidade não se concretizou.

Outro modo de agir que acompanha o reconhecimento das crianças acerca das dificuldades da mãe é a identificação de pessoas com quem poderiam morar provisoriamente e a indicação de seus nomes à equipe técnica. Nas interações cotidia-



nas na instituição, Lili citava muitos nomes e contava histórias sobre seus familiares e conhecidos. Numa ocasião, levei árvores genealógicas estilizadas para preenchermos com todos aqueles nomes.<sup>10</sup> Ela propôs separarmos em dois modelos diferentes, preenchendo uma árvore com “a família biológica” e a outra com os nomes daqueles que para ela faziam parte da “outra família”. Perguntei que nome poderíamos dar para essa família que não é a biológica, e ela respondeu que poderia ser “família triológica”. As duas árvores totalizaram mais de cem nomes, sendo que na família “triológica” Lili quis incluir todas as pessoas que conhecia, inclusive as que conheceu durante o acolhimento institucional.

Frequentemente, ela repete que não quer ir para “doação”. Isso para ela é diferente de ir morar com Luísa, amiga de sua mãe com quem mantiveram contato ao longo da residência na instituição e que chama de mãe Luísa (e seu filho, de irmão), ou com Marina, uma jovem apenas alguns anos mais velha do que Lili e que ela também chama de mãe. Quando lhe perguntei se Marina não era muito jovem para ser sua mãe, ela respondeu que na verdade seria a mãe de Marina que ficaria com eles, e que Marina seria então uma mãe-mãe, uma “hermana”. Ressaltava conhecer essa palavra do espanhol por causa da origem uruguaia de seu avô materno.

Perto do Natal, Lili mostrou-me três pacotinhos com presentes que tinha comprado para as suas “três mães”. Além de nomeá-las, e mesmo uma “ex-mãe” (alguém que teria sido namorada de sua mãe), ela também chamava o namorado de uma delas de “papito”, dizendo que assim fazia diferença do seu pai. Esses empregos do vocabulário do parentesco agenciados por Lili extrapolam a consanguinidade e operam pequenos arranjos (SARCINELLI, 2020)<sup>11</sup> capazes de ampliar seu rol de parentes, indicando escolhas baseadas no afeto. Quando um adolescente contesta o fato de Lili chamar o filho de Luísa de irmão (“ele não é teu irmão!”) ela responde: “eu chamo ele de irmão, pra mim ele é. Tu é que não é!”.

Em relação a Lili, Lucas e seus irmãos, a assistente social, diante da dificuldade em encontrar alternativas de guarda na família, cogitava a possibilidade da adoção. No mesmo sentido do que foi observado nos dossiês, a idade dos irmãos menores era mencionada como um fator que facilitaria encontrar uma família adotiva, ainda que dificilmente encontrassem alguém disposto a adotar as três crianças. Finalmente, depois de sete meses na instituição, foi decidido que Lili e os irmãos viveriam pro-

10 Meu objetivo não foi o de estabelecer a genealogia de Lili, mas somente oferecer um suporte para o registro dos nomes.

11 Ao utilizar a expressão “pequenos arranjos do parentesco” em relação a práticas de crianças de casais do mesmo sexo na Itália, Sarcinelli se inspira na noção de “pequenos arranjos entre os sexos” (OCTOBRE, 2010), que se refere a negociações e deslocamentos característicos do processo de construção e que podem tomar a forma de transgressões, combinações ou mutações geracionais (SARCINELLI, 2020, p. 15).



visoriamente com uma irmã mais velha, ela mesma mãe de duas crianças. Segundo a assistente social, esse acordo foi possível porque os familiares “levaram um susto” ao serem avisados de que, se ninguém pudesse ficar com as crianças, a alternativa seria a colocação em adoção. Diante disso, o pai, que não se achava capaz de assumi-los sozinho, comprometeu-se a ajudar a filha financeiramente para que ela pudesse ficar com a guarda dos irmãos. Uma tia também se propôs a ajudar, e assim, depois de sete meses na instituição, Lili e os irmãos voltaram para a família paterna e continuavam em contato com a mãe. Lucas e seus irmãos, ao término da pesquisa, depois de nove meses, permaneciam na instituição.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Eu lia dossiês na sala da equipe técnica quando Luciana, a mãe de Lucas, Pedro e Ana, chegou inesperadamente. Ela veio de bicicleta e queria falar com a coordenadora, que a atendeu prontamente. Tinha um papel em mãos e pediu que a coordenadora o colocasse na “pasta das crianças”. Era o atestado de seu comparecimento no “atendimento de saúde mental”. Dias antes tinha ocorrido a audiência que deliberou pela continuidade da medida de acolhimento institucional das três crianças. Luciana compareceu à audiência acompanhada de um advogado e esperava sair de lá com seus filhos. Essa, no entanto, não foi a decisão do juiz. Isso porque ela não teria deixado de consumir *crack*, nem obtido recursos ou apoio familiar para manter as crianças. Na tarde em que estive na casa de passagem, Luciana dizia estar determinada a recuperá-los e contou que também estava indo ao culto: “Deus é bom quando a gente busca, a igreja é que tá me ajudando”.

Nessa instituição, no período entre 2012 e 2019, no qual a mesma assistente social atuou na maior parte do tempo, somente um grupo de irmãos foi adotado. Para todas as demais crianças foi encontrada uma alternativa de reintegração familiar. Nesse único caso de adoção, a mãe era usuária. As alternativas de colocação na família de origem teriam sido esgotadas, e só depois de muitas tentativas, e com o acordo da mãe, é que se chegou a essa decisão. Contrariando a grande probabilidade de separação dos irmãos, a equipe técnica encontrou uma família residente no próprio município e disposta a adotar as quatro crianças, que recusavam a possibilidade de separação.

Corroborando o que apontam as pesquisas focadas em maternidades de mulheres com trajetória de rua, associada ou não ao consumo de droga (GOMES, 2017; RIOS, 2017; ROSATO, 2018; SANCTIS, 2018; DIAS, 2019; ALVES, 2020; SARMENTO,





2020), também no contexto pesquisado, o uso da categoria *mãe usuária* subentende algo inconciliável e que explica a necessidade da medida de acolhimento. No entanto, no âmbito desse serviço, pude observar uma prática que possivelmente contribuiu para a reintegração familiar e que está na contracorrente da tendência de aceleração da destituição familiar identificada na bibliografia. A essa prática, Lili se referia dizendo: “tá demorando porque a tia [a assistente social] disse que tem que desenrolar o meu novelo”. Ou seja, é preciso, aos poucos, entender quem é quem nas suas histórias e avaliar as possibilidades em conversas com as crianças/adolescentes, seus familiares e pessoas conhecidas. Diante das alternativas de arranjo, ao longo desse “desenrolar do novelo” das crianças, em várias ocasiões, a assistente social manifestava sua inconformidade com a ausência ou a grande limitação das políticas públicas de saúde, moradia e renda, que, combinadas, poderiam oferecer formas de apoio mais eficientes. Nesse sentido, sua posição alinha-se com a de autores críticos que utilizam a noção de *parentalização do social* para apontar uma tendência de despoliticização de problemáticas sociais que afetam as famílias e que tendem a ser reduzidas a problemas de saúde mental (MARTIN; LELOUP, 2020).

Tanto a pesquisa feita em dossiês, quanto o acompanhamento das interações cotidianas na instituição colocaram em evidência o lugar central ocupado pela família extensa e a participação ativa de crianças e adolescentes nas possibilidades de arranjo de guarda e de residência mediadas pelas profissionais. Os registros nos dossiês permitiram entrever a referência a vínculos afetivos, a conflitos e aos desejos manifestados por crianças e adolescentes como aspectos que podem ter influenciado nas definições acerca da saída ou da permanência na instituição.

A etnografia na casa de passagem permitiu observar que Lili e Lucas utilizavam a categoria *mãe usuária* para explicar o fato de estarem vivendo provisoriamente na instituição. Nesse uso, indiretamente, desvinculavam a necessidade de acolhimento institucional de algo que a mãe ou alguém da família tenha feito contra eles, distinguindo-se, assim, das situações de maus-tratos e abusos cujas histórias também circulam no cotidiano da casa de passagem. No entanto, a espontaneidade com que ambos incorporam a categoria *mãe usuária* na apresentação que fazem de si contrasta com a grande estigmatização a ela relacionada (GOFFMAN, 1985; 1988). A ênfase de Lucas ao afirmar que sua mãe precisa de ajuda e a felicidade de Lili ao saber que Bruna estava internada situam a problemática familiar e o acolhimento institucional como uma questão de necessidade de ajuda e de tratamento de saúde para a mãe.

No âmbito das pesquisas voltadas aos discursos e práticas de crianças e adolescentes como atores do parentesco e da parentalidade (SARCINELLI; MARTIAL; MARTIN, 2022; SARCINELLI, 2020; GANNE, 2014; MASON; TIPPER, 2008), argumenta-se



pelo interesse heurístico dessa abordagem, no sentido de expandir conhecimentos e de multiplicar perspectivas sobre as relações familiares, vistas a partir de diferentes posições. Exercitando esse interesse na interlocução com Lucas, Lili e seus irmãos, foi possível observar suas participações ativas, tanto na viabilização, quanto na inviabilização das alternativas vislumbradas pela equipe técnica. Durante o tempo de residência na instituição, eles buscaram manter o contato com a mãe, ao mesmo tempo que indicavam aos profissionais, parentes e pessoas conhecidas com quem poderiam ficar enquanto a mãe se recuperava. Além dessa provisoriedade e da abertura concebida para o arranjo de parentalidade, a família “triológica” de Lili convida a pensar em termos de uma expansão das fronteiras do parentesco (MARTIN et al., 2020), que borra, inclusive, a nítida separação entre família e instituição. Ao preencher a árvore da família “triológica”, ela não deixou de utilizar o vocabulário do parentesco para nomear suas outras mães ou pessoas que chama de irmãos, avós ou tios. Cabe destacar que na instituição, de um modo geral, as crianças chamam de tio ou tia qualquer adulto com quem se relacionam. Alguns experimentam também a apelação mãe ou pai e demandam conhecer as casas de quem frequenta a casa de passagem, como ocorreu reiteradas vezes em minhas conversas com as crianças. Recorrentemente, ao comentar sobre isso, ouvi interpretações que atribuem essas nomeações e esses pedidos à “carência afetiva das crianças do acolhimento”. Pode ser, mas considero também que essas suas práticas indicam demandas de interação e uma abertura relacional que transformam em parentes potenciais todas as pessoas com quem elas se relacionam. Se isso não é específico àquelas cujas mães são designadas usuárias, para elas, ser uma criança de muitos parentes (CADORET, 1995; GANNE, 2014) pode ser fundamental para que a passagem pela liminaridade do acolhimento institucional não signifique a ruptura radical com a mãe e a família de origem. Lili, de sua perspectiva, referia-se a essa alternativa como “doação”.



## REFERÊNCIAS

- ALVES, Ariana Oliveira. **‘Quem tem direito a querer ter/ser mãe?’**: dinâmicas entre gestão, instâncias estatais e ação política em Belo Horizonte (MG). 2020. 145 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2020. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/Acervo/Detalhe/1128974>>. Acesso em: 10 jan. 2023.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA (ABA). Nota sobre práticas de destituição de poder familiar de mulheres em situação de vulnerabilidade social e sobre caso de violência obstétrica e retirada compulsória de recém-nascida em Florianópolis/SC. **Portal ABA** (online), Brasília, 2021. (Não paginado). Disponível em: <<https://bit.ly/3BRS7TP>>. Acesso em: 8 fev. 2023.
- CADORET, Anne. **Parenté plurielle**: anthropologie du placement familial. Paris: L’Harmattan, 1995. 230 p. ISBN 2-7384-3213-1.
- CASTELLI, Luisina. Maternidades e intervención estatal en mujeres usuarias de pasta base: apuntes desde Uruguay. **Nueva antropología**, Cidade do México, v. 30, n. 87, p. 66-83, 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.org.mx/pdf/na/v30n87/0185-0636-na-30-87-66.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2023.
- CASTILLA, Victoria; LORENZO, Gimena. Emociones en suspenso: maternidad y consumo de pasta base/paco en barrios marginales de Buenos Aires. **Cuadernos de Antropología Social**, Buenos Aires, n. 36, p. 69-89, 2012. Disponível em: <<http://revis-tascientificas.filo.uba.ar/index.php/CAS/article/view/1352/1302>>. Acesso em: 10 jan. 2023.
- DIAS, Thais Machado. Cuidado às mulheres gestantes em situação de rua no município de Campinas, SP: clínica no limite e o limite da clínica. 2019. 255 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/Acervo/Detalhe/1095193>>. Acesso em: 10 jan. 2023.
- ENADIR USP. MR13 - ‘Não-maternidades’: um olhar entre o direito e a antropologia. **YouTube** (online), 27 de agosto de 2021. (Não paginado). Disponível em: <<https://youtu.be/cGY8OTIbMoo>>. Acesso em: 11 jan. 2023.
- FERREIRA, Letícia; LOWENKRON, Laura. (Org.). **Etnografia de documentos**: pesquisas antropológicas entre papéis, carimbos e burocracias. Rio de Janeiro: E-papers, 2020. 218 p. ISBN 978-85-7650-607-2.
- FONSECA, Claudia. Redescubriendo la adopción en Brasil treinta años después del Estatuto da Criança e do Adolescente. **Runa**, Buenos Aires, v. 40, n. 2, p. 17-38, 2019. Disponível em: <<http://www.scielo.org.ar/pdf/runa/v40n2/1851-9628-run-a-40-02-17.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2023.
- FONSECA, Claudia. Tecnologias globais de moralidade materna: as interseções entre ciência e política em programas ‘alternativos’ de educação para a primeira infância. In: FONSECA, Claudia; ROHDEN, Fabíola; MACHADO, Paula Sandrine (org). **Ciências na vida**: antropologia da ciência em perspectiva. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2012. 352 p. ISBN 978-8578160982.



FONSECA, Claudia. The de-kinning of birthmothers: reflections on maternity and being human. **Vibrant**, Brasília, v. 8, n. 2, p. 307-339, 2011. Disponível em: <[http://www.vibrant.org.br/downloads/v8n2\\_fonseca.pdf](http://www.vibrant.org.br/downloads/v8n2_fonseca.pdf)>. Acesso em: 10 jan. 2023.

FONSECA, Claudia. **Caminhos da adoção**. São Paulo: Editora Cortez, 1995. 152 p. ISBN 8524905840.

FONSECA, Claudia; MEDAETS, Chantal; RIBEIRO, Fernanda Bittencourt (org.). **Pesquisas sobre família e infância no mundo contemporâneo**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2018. 246 p. ISBN 978-8520508275.

FUREDI, Frank. Foreword. In: LEE, Ellie et al (dir.). **Parenting culture studies**. Londres: Palgrave Macmillan, 2014. 253 p. ISBN 978-1137304636.

FUREDI, Frank. **Paranoid parenting**. Why ignoring the experts may be best for your child. Chicago: Chicago Review Press, 2002. 234 p. ISBN 978-1556524646.

GANNE, Claire. L'enfantalité en situation familiale complexe: regarder la famille du point de vue des enfants. **Enfances, familles, générations**, Montréal, n. 20, p. 1-20, 2014. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/efg/660>>. Acesso em: 10 jan. 2023.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada, Rio de Janeiro: Editora LTC, 1988. 124 p. ISBN 978-8521612551.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1985. 233 p. ISBN 978-8532608758.

GOMES, Janaína Dantas Germano (coord.). **Primeira infância e maternidade nas ruas da cidade de São Paulo**. Relatório de pesquisa. São Paulo: Lâmpião Conteúdo e Conhecimento, 2017. Disponível em: <<https://www.neca.org.br/wp-content/uploads/Primeira-infancia-e-maternidade-nas-ruas-de-SP-CDH-LG.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2023.

JUSTINO, André Omisilê. **A esperança do amanhã**: cuidados, carinhos e castigos em uma etnografia com crianças caboverdianas. Tese (Doutorado em Antropologia) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2022. Disponível em: <[https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/44643/1/2022\\_AndreFilipeJustinodeMoraes.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/44643/1/2022_AndreFilipeJustinodeMoraes.pdf)>. Acesso em: 10 jan. 2023.

LEE, Ellie. Introduction. In: LEE, Ellie et al (dir.). **Parenting culture studies**. Londres: Palgrave Macmillan, 2014. 253 p. ISBN 978-1137304636.

LEINAWEAVER, Jessaca B. On moving children: the social implications of Andean child circulation. **American Ethnologist**, (s. l.), v. 34, n. 1, p. 163-180, 2007. Disponível em: <<https://anthrosource.onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1525/ae.2007.34.1.163>>. Acesso em: 10 jan. 2023.

LIGNIER, Wilfried; LOMBA, Cédric; RENAHY, Nicolas. La différenciation sociale des enfants. **Politix**, Paris, n. 99, p. 9-21, 2012. Disponível em: <<https://www.cairn.info/revue-politix-2012-3-page-9.htm?contenu=article>>. Acesso em: 10 jan. 2023.

LOBO, Andrea de Souza. 'É uma vida de sacrifício... faço pelos meus filhos': crianças



e trajetórias migratórias em Cabo Verde. **Zero-a-seis**, Florianópolis, v. 23, n. 43, p. 915-948, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/zerosais/article/view/72930/45696>>. Acesso em: 10 jan. 2023.

MARTIN, Anaïs; LINCONSTANT, Léa; GIRAUD, Anne-Sophie; MALMANCHE, Hélène; VIALLE, Manon. Aux frontières de la parenté: une réflexion sur l’usage des marges dans les études contemporaines sur la parenté. **Emulations**, Louvain, 32, p. 7-14, 2020. Disponível em: <<https://ojs.uclouvain.be/index.php/emulations/article/view/martinetal/51493>>. Acesso em: 10 jan. 2023.

MARTIN, Claude. Introduction. Le bien-être des enfants: un enjeu politique. **Revue des politiques sociales et familiales**, Paris, n. 131-132, p. 6-10, 2019. Disponível em: <[https://www.persee.fr/doc/caf\\_2431-4501\\_2019\\_num\\_131\\_1\\_3338](https://www.persee.fr/doc/caf_2431-4501_2019_num_131_1_3338)>. Acesso em: 10 jan. 2023.

MARTIN, Claude; LELOUP, Xavier. La parentalisation du social. **Lien social et Politiques**, Montréal, v. 85, p. 5-18, 2020. Disponível em: <<https://www.erudit.org/fr/revues/lsp/2020-n85-lsp05691/1073739ar.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2023.

MASON Jennifer; TIPPER, Becky. Being related: how children define and create kinship. **Childhood**, Copenhague, v. 15, n. 4, p. 441-461, 2008. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/epdf/10.1177/0907568208097201>>. Acesso em: 10 jan. 2023.

OCTOBRE, Sylvie. La socialisation culturelle sexuée des enfants au sein de la famille. **Cahiers du Genre**, Saint-Denis, v. 49, n. 2, p. 55-76, 2010. Disponível em: <<https://www.cairn.info/revue-cahiers-du-genre-2010-2-page-55.htm>>. Acesso em: 13 jan. 2023.

PIRES, Flávia Ferreira; RIBEIRO, Fernanda Bittencourt. Crianças: um enfoque geracional. **Revista Política e Trabalho**, João Pessoa, v. 1, n. 43, p. 13-17, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/index.php/politicaetrabalho/issue/view/1720>>. Acesso em: 13 mar. 2023.

RIBEIRO, Fernanda Bittencourt. ‘Faire l’île d’Yeu’ ou les limbes de la parentalité. **Tsantsa**, Berna, n. 12, p. 73-81, 2007. Disponível em: <<https://www.e-periodica.ch/digbib/view?pid=ttsa-002%3A2007%3A12#80>>. Acesso em: 10 jan. 2023.

RIFIOTIS, Fernanda Cruz; RIBEIRO, Fernanda Bittencourt; COHN, Clarice; SCHUCH, Patrice. A antropologia e as crianças: da consolidação de um campo de estudos aos seus desdobramentos contemporâneos. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 27, n. 60 p. 7-30, 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ha/a/QMvLh-VkXYBkncKffjCs4yhL/?lang=pt>>. Acesso em: 10 jan. 2023.

RIOS, Ariane Goim. **O fio de Ariadne**: sobre os labirintos de vida de mulheres grávidas usuárias de álcool e outras drogas. 227 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/Acervo/Detalhe/985408>>. Acesso em: 10 jan. 2023.

ROBIN, Perrine. Comment les adolescents appréhendent-ils l’évaluation de leur situation familiale en protection de l’enfance? **Informations Sociales**, Paris, n. 160, p.



134-140, 2010. Disponível em: <<https://www.cairn.info/revue-informations-sociales-2010-4-page-134.htm?contenu=article>>. Acesso em: 10 jan. 2023.

ROSATO, Cássia Maria. **A vida das mulheres infames**: genealogia da moral de mulheres usuárias de drogas e/ou em situação de rua. 2018. 246 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/33459/1/TESE%20C%3a1ssia%20Maria%20Rosato.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2023.

SANCTIS, Raiza Braz Kirk de. **Crack, casa e família**: uma etnografia sobre cuidados, (des)afetos e emoções. 2018. 144 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018. Disponível em: <<https://www.repositorio.unicamp.br/acervo>>. Acesso em: 10 jan. 2023.

SARCINELLI, Alice Sophie. Le(s) répertoire(s) de la parenté des enfants des couples de même sexe en Italie. **AnthropoChildren**, Liège, n. 9, p. 1-20, 2020. Disponível em: <<https://popups.uliege.be/2034-8517/index.php?id=3427&file=1>>. Acesso em: 10 jan. 2023.

SARCINELLI, Alice Sophie; MARTIAL, Agnès; MARTIN, Anaïs (dir.). Enfants et descendants, des acteurs de la parenté. **Anthropologie et sociétés**, Québec, v. 46, n. 2, p. 11-20, 2022.

SARMENTO, Caroline Silveira. **‘Por que não podemos ser mães?’**: tecnologias de governo, maternidade e mulheres com trajetória de rua. 2020. 170 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/212984>>. Acesso em: 15 mar. 2023.

SIMMAT-DURAND, Laurence. La parentalité chez des usagers de drogues illicites ou consommateurs abusifs d’alcool en sortie des addictions. In: BOLTER, Flora (org.). **Enquêter auprès des enfants en ‘terrain difficile’**: mieux comprendre pour mieux agir. Paris: Observatoire Nationale de l’enfance en danger (Oned); La documentation française, 2016. 113 p. Disponível em: <[https://www.onpe.gouv.fr/system/files/publication/dt\\_terrain\\_difficile\\_web.pdf](https://www.onpe.gouv.fr/system/files/publication/dt_terrain_difficile_web.pdf)>. Acesso em: 10 jan. 2023.

SIMMAT-DURAND, Laurence. La mère toxicomane, au carrefour des normes et des sanctions. **Déviance et Société**, Guyancourt, v. 31, n. 3, p. 305-330, 2007. Disponível em: <<https://www.cairn.info/revue-deviance-et-societe-2007-3>>. Acesso em 10 jan. 2023.

SZÖKE, Alexandra. ‘Bons parents’ et ‘enfants bien-aimés’: parentalité intensive et pratiques quotidiennes dans les services d’aide à l’enfance en Hongrie. **Lien social et Politiques**, Montréal, v. 85, p. 108-127, 2020. Disponível em: <<https://www.erudit.org/fr/revues/lsp/2020-n85-lsp05691/1073744ar.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2023.

SZULC, Andrea; VILLALTA, Carla; RIBEIRO, Fernanda Bittencourt. Entre experiencias y tramas institucionales: niños, niñas, adolescentes y familias en perspectivas etnográficas. **Runa**, Buenos Aires, v. 40, n. 2, p. 7-16, 2019. Disponível em: <<http://www.scielo.org.ar/pdf/runa/v40n2/1851-9628-run-a-40-02-7.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2023.



VIANNA, Adriana (org.). O fazer e o desfazer dos direitos: experiências etnográficas sobre política, administração e moralidades. Rio de Janeiro: Laced/E-Papers, 2013. 216 p. ISBN 978-85-7650-369-9.

VILLALTA, Carla. Antropología de las intervenciones estatales sobre la infancia, la adolescencia y la familia. **Cuadernos de Antropología Social**, Buenos Aires, v. 53, p. 21-37, 2021. Disponível em: <<http://revistascientificas.filo.uba.ar/index.php/CAS/article/view/10169/8874>>. Acesso em: 10 jan. 2023.

ZONABEND, Françoise. Naître en marge. **Gradhiva**, Paris, n. 19, p. 49-51, 1996. Disponível em: <[https://www.persee.fr/doc/gradh\\_0764-8928\\_1996\\_num\\_19\\_1\\_892](https://www.persee.fr/doc/gradh_0764-8928_1996_num_19_1_892)>. Acesso em: 10 jan. 2023.

Recebido em: 13/01/2023  
Aceito para publicação em: 22/03/2023

